

DOI: 10.46943/IV.CONBRALE.2022.01.034

## PENSANDO A DIFERENÇA A PARTIR DA SÉTIMA ARTE: EM ANÁLISE O FILME UM LUGAR PARA TODO MUNDO

MARIA ALDA DE SOUSA ALVES<sup>1</sup>  
FRANCISCA GENY LUSTOSA<sup>2</sup>

### RESUMO

O resumo publiciza reflexões sobre a educação inclusiva por meio do filme *Um lugar para todo mundo*. Trata-se de um documentário que narra a história de Emilio, 3 anos, que nasceu com síndrome de Down, e está se preparando para ingressar na escola pública da cidade de Nova York. O sistema educacional, desta cidade, segue um modelo segregador, levando a família de Emílio a experimentar barreiras na luta por uma escola inclusiva. O documentário nos convida a pensar a identidade e a diferença na escola na perspectiva dos estudos culturais, enfatizando uma abordagem interdisciplinar, ou seja, socioantropológica, política e pedagógica. Silva (2008), Andrade (2009), Mantoan (2020), Lustosa (2021) além de outro(a)s autore(a)s, nos fornecerão algumas pistas teóricas. Buscamos, assim, o estranhamento e a desnaturalização de histórias de vida de pessoas com deficiência intelectual, no que toca a acessibilidade e a permanência em instituições educativas. Pesquisas científicas constataam que ambientes que valorizam a diferença é benéfico para alunos com e sem deficiência. Entre crianças com síndrome de

1 Doutora em Sociologia pela UFC. Professora Adjunta do curso de licenciatura em sociologia da UNILAB. Realizando licença capacitação junto ao Grupo Pró-Inclusão da UFC, sob supervisão da prof. Dr<sup>a</sup> Geny Lustosa. Email: aldasousa@unilab.edu.br;

2 Doutora em Educação pela UFC, com pós-doutorado pela UERJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-FACED/UFC). Coordenadora do Grupo Pró-Inclusão: Pesquisa e Estudos sobre Educação Inclusiva, Práticas Pedagógicas e Formação de Professores. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6143-9549>. E-mail: franciscageny@yahoo.com.br

Down, há evidências de que a quantidade de tempo vivenciado com colegas sem deficiência está associada a melhor memória, habilidades de linguagem e alfabetização.

**Palavras-chave:** Cinema, educação inclusiva, diferença, síndrome de Down.

## INTRODUÇÃO

O documentário *Um lugar para todo mundo* (2021) nos chama atenção de maneira cativante. O filme retrata a luta de famílias pelo direito a uma educação de qualidade e inclusiva para seus filhos. É um filme cuja inspiração nasceu da própria história de vida do cineasta Olivier Bernier, diretor e pai de Emilio, 3 anos, que nasceu com síndrome de Down.

O filme mostra a realidade do sistema educacional da cidade de Nova York, Estados Unidos, caracterizado por um modelo segregador. Através de entrevistas realizadas com famílias, educadores, especialistas, como também com jovens com síndrome de Down, podemos conhecer histórias de vida de pessoas com deficiência intelectual, as barreiras e preconceitos experienciados historicamente, as oportunidades de acesso e a permanência em instituições educativas (do ensino infantil a educação superior). As autonomias conquistadas por meio da educação e do trabalho, como no caso da jovem Sabrina, retratada no filme.

Nos EUA, em 2019, de um total de 7,3 milhões de matrículas de estudantes com deficiência de 06 a 21 anos, 95% estão matriculados em escolas regulares, sendo 14% do total na rede pública; 3% estão matriculados em escolas separadas (públicas ou privadas) e 1% estão em escolas particulares regulares. No caso do Brasil, conforme dados do Censo Escolar de 2020, sobre o acesso à escola por estudantes com deficiência, de um total de 1.308.900 alunos matriculados, 88,08% dos estudantes estão em classes comuns, 85% das matrículas são na rede pública, sendo o maior percentual na rede estadual (53,83%). Neste mesmo ano, do total de alunos com deficiência matriculados, 55,8% estavam na classe comum sem Atendimento Educacional Especializado (AEE); 37,5% em classe comum com AEE e 6,7% exclusivamente em classe especial<sup>3</sup>.

Tais dados nos permitem refletir, de início, sobre como os dispositivos jurídicos tem contribuído<sup>4</sup> para o acesso e a permanência de crianças

3 Dados disponíveis no material de apoio do filme *Um lugar para todo mundo* (2021). Disponível em: [Um Lugar Para Todo Mundo - Material de Apoio \(mff.com.br\)](http://UmLugarParaTodoMundo-MaterialdeApoio(mff.com.br)). Acesso: 16/11/2022

4 Para aprofundamento acerca de tais dispositivos indicamos o texto “Educação inclusiva: reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes público-alvo da educação especial”, de Francisca Geny Lustosa, Rebeca Gadelha Ferreira, publicado na Revista Teoria jurídica contemporânea. O texto apresenta uma compilação dos principais diplomas normativos, notadamente, da Declaração de Salamanca, em

e jovens com deficiências nos estabelecimentos escolares, bem como sobre a qualidade da educação oferecida, no sentido de garantir o aprendizado destes sujeitos de direitos.

Este artigo, portanto, intenta pensar estas e outras questões a partir da análise do filme *Um lugar para todo mundo* (2021), através das narrativas de diferentes atores sociais dispostas no documentário, bem como de imagens cinematográficas, buscando problematizar sobre identidade e diferença na escola, sob a perspectiva dos chamados estudos culturais na educação.

A exploração da linguagem cinematográfica e dos elementos que compõem a obra fílmica, conjugada na perspectiva crítica de formação dos sujeitos-educadores(as), através análise dessa produção, é elemento notadamente importante na formação de educadores e se faz sediada na compreensão de que a “obra estética permeada de sentido social, político e ideológico, [...] pode promover exercícios de reflexão crítica em função da formação dos sentidos humanos”, assim como assevera Alves (2012, p. 19).

De maneira análoga, contribuindo para romper “com a deseducação do olhar”, defende Lustosa (2001)<sup>5</sup>:

Sob o foco de uma lente, um léxico, [...] imagem de síntese [...] composta não só por cores e luz, mas, e sobretudo, por e de subjetividade. Imagens-narrativas que nos impelem, ainda mais, a acreditar que o paradigma da educação inclusiva é um sonho plenamente realizável! Numa relação dialógica, [...] expressa com grandiosa beleza, [...] a necessidade de uma (re)invenção ética e estética do pensamento educacional (p. 10).

## 1. NARRATIVAS SOBRE INCLUSÃO NO FILME UM LUGAR PARA TODO MUNDO

*Inclusão é tratar todos como membros válidos de uma comunidade* (professora de escola inclusiva em Boston, EUA).

---

1994, até os dias atuais, que tenham a Educação Inclusiva como escopo primordial do compromisso legislativo com a estruturação da Educação Para Todos. (Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/27989>).

5 Publicação disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2017/10/concecoes-de-deficiencia-mental-e-pratica-pedagogica-pdf.pdf>

No documentário *Um lugar para todo mundo* (Brasil, 2021), observamos diferentes narrativas sobre inclusão que merecem ser registradas. Trata-se de experiências compartilhadas por famílias, jovens com síndrome de Down, especialistas em educação inclusiva, ativistas, professores e gestores de escolas inclusivas nos Estados Unidos.

Começaremos por registrar a narrativa de Thomas Herhir, professor do departamento de educação de Harvard, decorrente de uma Conferência sobre Educação Inclusiva alusiva ao 8º Dia Mundial da síndrome de Down<sup>6</sup>, que levanta as seguintes perguntas: A educação inclusiva beneficia ou prejudica crianças sem deficiência em ambientes inclusivos? Beneficia estudantes com deficiência? Há evidências científicas, com base em estudos realizados com crianças e jovens escolares de países como Estados Unidos, Suíça, Reino Unido e Holanda, que ambientes que valorizam a diferença é benéfico para alunos com e sem deficiência.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Alana e Abt Associates (2016), apoiada em ampla revisão de literatura, aponta que dentre os benefícios da inclusão para alunos sem deficiência destacam-se a redução do medo das diferenças humanas; o crescimento da cognição social (aumento da receptividade com os outros, comunicação mais eficaz com todos os colegas); melhorias no autoconceito; desenvolvimento de princípios morais e éticos (menos preconceito, maior capacidade de responder as necessidades dos outros); e construção de amizades carinhosas. De acordo com o estudo, salas de aulas inclusivas fornecem muitas das condições necessárias para a redução da discriminação através da Hipótese do Contato, dentre elas: 1) membros do grupo em condições de igualdade; 2) cooperação na busca de objetivos comuns; 3) estímulo do desenvolvimento de relações pessoais íntimas; e apoio institucional (ALLPORT, 1979 *apud* ALANA, 2016, p. 12)

São vários os benefícios da educação inclusiva, também, para estudantes com deficiência. Para crianças com síndrome de Down, por exemplo, evidências científicas revelam que a quantidade de tempo vivenciado com colegas sem deficiência está associada a melhor memória, habilidades de linguagem e alfabetização.

Em 2006, um estudo coletou informações sobre as habilidades de leitura, escrita, matemática e linguagem, o nível de educação dos pais e do ambiente familiar de uma amostra aleatória de 160 crianças com síndrome

6 Celebrada internacionalmente no dia 21 de Março.

de Down. Quatro anos depois, os pesquisadores fizeram uma nova coleta de informações semelhantes e constataram que a quantidade de tempo que um aluno com Down passa em classes regulares foi um elemento significativo para o desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas, com efeitos particularmente fortes sobre a capacidade de leitura das crianças mais novas. Há também algumas evidências de que a inclusão está relacionada a melhorias em habilidades de memória nos alunos com síndrome de Down. A memória pode ser particularmente difícil para crianças com Down, e evidências de uma ligação entre a inclusão e as competências de memória destacam como ambientes inclusivos podem proporcionar maiores oportunidades de crescimento cognitivo. Em um estudo realizado no Reino Unido, pesquisadores analisaram o desenvolvimento da linguagem e memória de 44 crianças com Down que frequentavam escolas regulares e especializadas. As crianças do grupo convencional tiveram pontuações significativamente mais elevadas na compreensão da linguagem e na memória de curto prazo (compreensão de gramática, teste de dígitos auditivo e visual), quando comparadas com crianças que frequentavam escolas especializadas. As crianças em escolas regulares estavam um ano e meio à frente de seus pares em escolas especiais no quesito desenvolvimento de vocabulário e nove meses à frente na compreensão de gramática. Os autores concluíram que ambientes educacionais tradicionais podem oferecer às crianças com Down uma maior exposição à língua e à instrução acadêmica, o que facilita tanto o crescimento em linguagem quanto o da memória (LAWS, BYRNE, & BUCKLEY, 2000, *apud* ALANA, 2016).

Com base nestes achados, pensar a inclusão de crianças e jovens com deficiências em escolas regulares é favorecer-lhes, desde cedo, maior oportunidade de desempenho escolar ao longo de suas trajetórias acadêmicas. Thomas Herir, professor de Prática em Diferenças de Aprendizagem, de Harvard e Sara, ativista e estudante de direito, em cenas do documentário nos dizem que inclusão: “significa melhor escola para todos” e, ainda, que “inclusão desde cedo quase garante inclusão mais tarde, mas segregação desde cedo praticamente garante segregação pelo resto da vida”.

Com base na literatura acadêmica da área da educação especial, cabe destacar os prejuízos sociais e educacionais resultantes do modelo

segregacionista de educação destinado aos estudantes com deficiência, como, no caso, das escolas especiais. No modelo integracionista a defesa foi da educação de crianças e jovens ocorrendo em escolas regulares, porém, para estes destinadas salas e atividades específicas, em separado. Já no modelo da inclusão a educação de todos é feita em salas de aulas regulares, aprendendo todos juntos, requerendo estratégias educativas para superação de barreiras, de modo a garantir um ambiente de aprendizado igualitário e participativo para todos<sup>7</sup>.

Importante destacar que no Modelo Social, instituído no Reino Unido entre as décadas de 1960, a deficiência resulta da interação entre a pessoa e as barreiras que encontra no meio. Estas barreiras podem ser físicas, atitudinais, comunicacionais e linguísticas<sup>8</sup>. A concepção social da deficiência contrapõe-se a concepção médica, uma vez que o Modelo Médico dificulta o entendimento da inclusão. Nesta concepção, baseada somente nos conhecimentos da área da saúde, há o estabelecimento de um prognóstico comum de desenvolvimento para estudantes que apresentem algum diagnóstico, de forma a criar uma homogeneização entre as pessoas, não levando em conta as características individuais e mesmo a influência do meio sócio cultural no processo de desenvolvimento. Conforme Mantoan (2022) a concepção médica atribui uma identidade fixada a alunos com deficiência, oposta a identidade atribuída aos demais alunos na escola. Além disso, neste modelo, não se considera a *diferença em si* de cada ser humano, que extrapola qualquer definição prévia e generalizante. (MANTOAN, 2022, p. 33).

Uma escola inclusiva, efetivamente, não subjugua o trabalho pedagógico às determinações de um laudo ou qualquer outro documento de natureza identitária, classificatória e marginalizante, complementa Mantoan (2022), mas buscará oferecer recursos de modo a eliminar as barreiras que seus alunos possam encontrar. Semelhante concepção emerge de uma cena da trama na qual em diálogo com a autora, outras narrativas de professoras e gestão se fazem no documentário, filmadas na escola inclusiva Henderson, em Boston: chama-nos a atenção, os argumentos presentes na narrativa inclusiva de Trícia, diretora da escola, ao enunciar:

7 Os\_Beneficios\_da\_Ed\_Inclusiva\_final.pdf (alana.org.br). Acesso: 24/11/2022

8 De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2007; BRASIL 2009).

Quando você coloca crianças de três anos juntas elas pensam que é normal ser diferente. Aceitamos diferenças aos três anos. Por volta dos oito anos, começamos a qualificar diferenças. Começamos a dizer que algumas pessoas não são inteligentes, outras são talentosas e devem ser separadas. Nós discordamos. Mantivemos todos os alunos juntos. E nos tornamos uma escola de ensino fundamental de melhor desempenho acadêmico para crianças com e sem deficiência (...). Eu fui uma professora que buscava inclusão de verdade. Quando vi estudantes com todo tipo de habilidade, raças, culturas, aprendendo juntos, em turmas de ensino regular, sabia que a inclusão era possível.

Outra narrativa contundente na película, que cumpre registrar, é a de Amy, diretora dos anos iniciais “[...] *Ensinar não é para ser fácil. Se não for difícil, não está fazendo certo. Acho que a inclusão nos torna professores melhores*”.

Por isso, certamente, defende Lustosa (2021, p. 4):

Inclusão em educação requer vontade e desejo. O reconhecimento da inclusão requer, antes de tudo, a vontade de mudar, o desejo como via e recurso para a transformação proporcionada pelo paradigma da inclusão, uma vez que alterar a prática pressupõe ressignificar os quadros de referências que lhes formam ética e pedagogicamente

Em nossa compreensão, a narrativa cinematográfica, aqui em foco, se mistura em arte e aprendizagens docentes, como discursos que se entrecruzam e melhor traduzem as defesas da educação inclusiva, suas ideias e princípios.

Que as imagens-narrativas desse filme se façam imanência!

## **2. A IDENTIDADE E A DIFERENÇA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS**

Na perspectiva dos chamados estudos culturais como definir os termos identidade e diferença? Como pensar tais conceitos numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, sócio-antropológica, política e pedagógica?

A história teórica do conceito de diferença repousa no pensamento pós-estruturalista, na psicanálise, no marxismo pós-althusseriano e na obra de Fanon (BABHA, 1996). Ao pensar esse conceito alguns autores o explicam como derivado do conceito de identidade, sendo esta o ponto de partida para compreensão da diferença.

Enquanto construção sócio-cultural, os conceitos de identidade e diferença, como ressalta Silva (2008), são criados por meio de atos de linguagem, resultando num processo de produção simbólica e discursiva. Como bem nos lembra Fanon (1983) “falar é existir de modo absoluto para o outro”. Mas indo além de uma produção de signos e atribuição de sentidos a identidade e a diferença devem também ser entendidas como uma relação social sujeita a vetores de força e relações de poder, assim sendo “elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.” (SILVA, 2008). Complementa o autor

Podemos dizer que onde existe diferenciação - ou seja, identidade e diferença- aí está presente o poder. A diferença é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós e „eles”); classificar (“bons e maus”); “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”; normalizar (nós somos normais; eles são anormais) (SILVA, 2008, p.82)

A afirmação de identidade implica, assim, um movimento de inclusão/exclusão, uma demarcação de fronteiras, uma distinção entre o “nós” e “eles” perpassada por relações de poder. Além disso, a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. Segundo Derrida (apud SILVA, 2008, p.83) a mais importante forma de classificação é aquela cuja estruturação se dá de forma binária, ou seja, por meio de classes polarizadas: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual, “normal/anormal”. Assim, o questionamento da identidade e da diferença como decorrente das relações de poder implica em problematizar os binarismos em torno dos quais tais conceitos se organizam. Sobre isso, Mantoan (2020, p. 78) ) irá nos dizer que grupos identitários, isto é, aqueles que elegem alguns atributos para se constituírem, tais como nível intelectual, raça, gênero, etc., promovem uma seleção e, desta forma, a exclusão de muitos alunos, através de um crivo arbitrário. Contudo, continua a autora, um grupo identitário, por mais amplo que seja em sua extensão, não representa sujeitos em sua inteireza.

Nesta perspectiva de reflexão, a inclusão de grupos historicamente excluídos dos espaços de participação da vida social, como as instituições educativas, é uma bandeira de luta para todos aqueles que almejam uma sociedade com mais equidade. Em uma das cenas do documentário *Um lugar para todo mundo*, Sara, ativista e estudante de direito nos fala que: *Abrir a porta para Emilio é abrir a porta para alguém como eu, um estudante queer, ou para um estudante transgênero, ou para estudantes pretos que ainda estão segregados em toda parte deste país. É uma luta que vale a pena.*

Considerando a importância dos processos socioculturais e históricos na produção de comportamentos discriminatórios, Andrade (2009) afirma que

Aqueles que são vistos como diferentes acabam excluídos porque possuem uma marca identitária considerada socialmente como algo inferior, seja esta marca o sexo e o gênero, a cor da pele, a etnia, a orientação sexual, a idade, as capacidades físicas e mentais. Essa marca identitária também é chamada “diferença”, ou seja, é o que faz determinado indivíduo ou grupo diferir do padrão socialmente aceito (...). Podemos perceber que a exclusão social se reproduz junto a determinados grupos por eles trazerem em sua identidade, em sua maneira de ser e estar no mundo uma “diferença”, isto é, uma marca supostamente vergonhosa, que não é socialmente aceita ou é vista como inferior com relação a outras marcas identitárias. (ANDRADE, 2009, p.24)

Nesta perspectiva, embora não se possa atribuir somente à instituição escola a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las é importante reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais.” (LOURO apud JUNQUEIRA, 2009). É o que ocorre, por exemplo, com a produção e reprodução de poder e violência simbólica na escola decorrente das relações de gênero, da homofobia, do racismo e do capacitismo.

Para Junqueira (2003) a homofobia no espaço escolar, por exemplo, exerce um efeito de privação de direitos na medida em que afeta o bem estar subjetivo; incide nos padrões das relações sociais entre estudantes e destes com os profissionais da educação; interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar, além de exercer um poder de intimidação, estigmatização, segregação e isolamento, ocasionando

desinteresse pela escola. O mesmo ocorre com a questão do racismo. A recorrência a uma “pedagogia do insulto”, neste caso, um “insulto racial” como mecanismo de silenciamento e dominação simbólica, revela segundo Guimarães (2002), uma dimensão privada nem sempre trabalhada nas ciências sociais, que é a do sofrimento individual como esfera decisiva na criação de subjetividades e na reprodução de jogos sociais.

A questão da identidade, da diferença e da alteridade torna-se nesse contexto um problema social e também um problema pedagógico:

É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular (...) O outro é o outro gênero, o outro é a cor do diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente. (SILVA, 2008, p. 97).

Enfatizamos, assim, a importância de uma análise interdisciplinar para compreensão dos mecanismos de produção e reprodução de relações sociais tecidas entre os sujeitos na instituição escola. Consideramos, também, a importância da dimensão política, perspectiva da teoria cultural recente, nas discussões sobre identidade e diferença.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo. *A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

BHABHA, Homi K. *O terceiro espaço*. Entrevista conduzida por Jonathan Rutherford. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm) – Acesso em 27/11/2022.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

INSTITUTO ALANA. *Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência*. Disponível em: Os\_Beneficios\_da\_Ed\_Inclusiva\_final.pdf (alana.org.br) Acesso: 22/09/2022

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia na escola: um problema de todos*. In:

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília: UNESCO, MEC/SECADI, 2009. (Coleção Educação para Todos, vol.32).

LUSTOSA, F. G. *Inclusão, o olhar que ensina: o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa*. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2009.

MACHADO, Rosangela, MANTOAN, Maria Teresa Eglér (orgs). *Educação e inclusão: entendimentos, proposições e práticas*. Blumenau: Edifurb, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Égler, LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. *A escola que queremos para todos*. Curitiba: CRV, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. *A produção social da identidade e da diferença*. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8 ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

UM LUGAR PARA TODO MUNDO. Direção Olivier Bernier. Produção Rota 6 Filmes e Maria Farinha Filmes. Brasil, 2021. Globo Play Filmes- Youtube. ( 1h e 43 min).





